

A funcionalidade do conceito de papel

The functionality of the role concept

RESUMO

O autor parte da performatividade do psicodramatista, situa o conceito de papel nos campos discursivo e perceptivo da prática socionômica e distingue três funções a partir do uso clínico que possa ser feito desse conceito: como designação de comportamentos observáveis, como supostas significações subjetivas e como manifestação dos sujeitos de enunciação e do enunciado, ou seja, quem fala e de quem se fala. Compreende o *role-creating* como um meio, uma zona de tensão gerada entre o *role-taking* e o *role-playing*, ao permitir a criação, a saída singular produzida para além ou aquém do instituído em determinadas pautas de condutas.

PALAVRAS-CHAVE

Papel. Psicodrama. Linguagem. Subjetividade.

ABSTRACT

Starting from the psychodramatist's role performance, the author of this article places the role concept into the discursive and perceptive field of socionomic practice and, based on its clinical use, distinguishes three possible functions of this concept: the role as a designation of

observable behaviours, the role as supposed subjective meaning and, the role as a manifestation of the subject's expression, i.e. who speaks and who is spoken of. The author understands role-creating as a means, a zone of tension generated between role-taking and role-playing that enables creation, a unique output that goes beyond what is established by given behavioural guidelines.

KEYWORDS

Role. Psychodrama. Language. Subjectivity.

INTRODUÇÃO

Parte-se do princípio de que não há realidade em si; sujeito e objeto de conhecimento se produzem nos encontros. A voz do socionomista também faz-se ação, mais do que informar e comunicar, produz os próprios objetos de intervenção. Trata-se de uma fala proveniente de um corpo legitimado em determinado contexto social para expressar enunciados de seu interesse, é essa fala que detém as supostas verdades e as metodologias sobre seus objetos de intervenção, quer sejam grupos, quer sejam corpos individuados. A fala do socionomista, uma potência em ato, é uma força que tende a persistir e insistir no contexto grupal e dramático. Essa voz é de ordem performativa, sua expressão garante que se criem as condições e se efetue a própria enunciação, quando emitida por um corpo em posição de coordenação grupal, abre os trabalhos do dia, nomeia movimentos, pautas de condutas, promove dicotomias, cria padrões identitários, inclusões ou exclusões no contexto grupal... De modo sucinto, essa performatividade do socionomista pode ser compreendida como o efeito de suas ações de intervenção clínica, não restrita somente ao campo de sua fala, mas também de seu corpo perceptivo, tanto visual quanto sonoro. O corpo conceitual moreniano faz ver e falar...

Quanto ao papel, importa-nos pensar sua funcionalidade a partir de sua construção sócio-histórica e em sua utilização como ferramenta de produção de saber, suas condições de visibilidade (o que se vê) e de enunciação (o que se fala). Não o que um papel é, sua definição mais exata e verdadeira, mas como ele funciona ao permitir que um psicodramatista dê voz à sua percepção em sua área de atuação e as consequentes implicações da utilização dessa ferramenta de trabalho clínico.

O que seria um papel para um psiquiatra hoje? A Psiquiatria conhece-o utilizando-se de categorias diagnósticas a partir das quais constrói identidades. A palavra diagnóstico, de origem grega (*diagnostikós*), significa reconhecimento, assim, busca-se por categorias a partir das quais se (re)conhece. A categoria diagnóstica como espelho do próprio saber da disciplina psiquiátrica. O olhar psiquiátrico procura por sinais comportamentais observáveis ou por relatos considerados patológicos. Uma categoria diagnóstica nada mais é que um conjunto de sinais e sintomas e, portanto, de signos que se traduzem em um significado dentro de uma lógica de modelos prototípicos significantes. Assim, por exemplo, a categoria diagnóstica “dependente químico” é aquela em que determinados comportamentos estariam presentes e revelariam uma suposta verdade de um corpo-drogado. Para a Psiquiatria, há uma identidade entre o corpo-drogado e a categoria diagnóstica “dependente químico”.

Uma categoria diagnóstica psiquiátrica define um papel na relação entre um corpo-drogado e um corpo-médico, o de dependente químico, no exemplo em questão, entendido como unidade de conduta observável para utilizar-se apenas de uma das possíveis compreensões de papel dentro da prática discursiva psicodramática. A função do papel assim conceituado é de **designação** de coisas, nomeação de supostas realidades comportamentais existentes. Contudo, esse conjunto de signos do corpo-drogado é falado dentro de uma lógica significante exterior a esse corpo. Corpo aqui é entendido como tudo o que age e padece, sem a dicotomia tradicional corpo-mente. Assim, criam-se dois campos de conhecimento, de um lado os corpos com seus agenciamentos, intensidades e fluxos e, de outro, a linguagem com seus inúmeros discursos a respeito desses corpos. Vale ressaltar ainda que a linguagem aqui compreendida não informa e nem comunica¹. A linguagem se faz ação e tem pragmática própria.

NOTA:

1. Deleuze e Guattari (1995), ao discutirem sobre os postulados linguísticos, afirmam uma pragmática da língua. A fala é um ato político que produz rupturas e cortes. Antes de uma semântica, de uma sintaxe e de uma fonemática, há uma pragmática, em uma clara distinção entre língua e fala. Falar é agir, e ao fazê-lo criam-se acontecimentos, transformações incorporais que cortam os corpos e os remetem a outras cadeias semióticas de significação. Para exemplificar o que é um ato de fala, pode-se pensar na sentença dada por um juiz: “culpado”. Isso é feito por um sujeito em determinada posição social (o juiz) que o legitima a proferir esse enunciado dentro de um contexto também ritualístico e datado (o julgamento), promovendo, assim, uma transformação incorporal, lançando o réu dentro de outros conjuntos semióticos a partir daquele momento.

O homem acontece na linguagem. A fala, ao cortar/marcas os corpos e produzir acontecimentos, remete-os a novas cadeias semióticas, produz atributos incorporais sobre esses corpos. Entre corpos e linguagem não há subsunção, mas pressuposição recíproca. Dos corpos não se pergunta o que eles significam, mas como funcionam. Bustos (1990), ao discorrer sobre os papéis geradores de identidade, oferece um belo exemplo do que está se falando aqui:

Conta Sartre que o escritor Jean Genet, desde muito pequeno, perambulava continuamente por diferentes lares adotivos, sem encontrar nenhum mais ou menos permanente. Sendo pré-adolescente, Genet encontrava-se um dia apoiado sobre um armário, de costas para a porta, divagando por confusas imagens. De repente, entra no lugar seu pai adotivo. Ao vê-lo apoiado contra o móvel onde ele guardava o dinheiro, grita: ladrão! Genet não estava roubando, mas algo fundamental ocorre. Uma imensa sensação de ordenamento interno. Até esse momento, não sabia quem era, agora sim. Era um ladrão, papel que tinha um código compreensível, pautas de conduta. Era “algo”. Mau e reprovável, condenável, mas “algo” diante do enorme e angustiante vazio de não ser nada (p. 107).

Dessa forma, o papel de dependente químico, reconhecido a partir das categorias diagnósticas pela Psiquiatria e designado como unidade de conduta observável pelo Psicodrama, remete apenas aos discursos e aos seus significantes nos saberes dessas disciplinas. Um papel está na superfície/exterioridade dos corpos e na interioridade das práticas discursivas.

Os aspectos tangíveis do que se conhece como ego nada mais são que as zonas de visibilidade, às quais as práticas discursivas tentam dar forma e contorno, atualizando determinada subjetividade. Assim, a teoria dos papéis cartografa toda uma topologia das superfícies antes de representar um mergulho nas profundezas. Para Moreno (1946) os papéis são atuados, aparecem nas ações, podem ser observados:

[...] forma de funcionamento que o indivíduo assume no momento específico em que reage a uma situação específica, na qual outras pessoas e objetos estão envolvidos (p. 27).

É todo um campo de visibilidades que se abre para a compreensão do

conceito em estudo, podendo papel compreender tanto a designação para determinada pauta de conduta mais duradoura no tempo, engendrada por um território existencial identitário ou pela fugacidade de um encontro entre pessoas e coisas segundo a citação acima. O papel aqui funciona como máscara gerada no aqui-e-agora do encontro-afecção entre os corpos e seus respectivos territórios existenciais. É muito diferente um corpo-drogado diante de sua droga de uso e esse mesmo corpo-drogado diante do seu médico/terapeuta/sociomista. No primeiro caso, é a máscara-papel do drogado-intoxicado-marginal que se apresenta com suas respectivas cadeias semióticas e territórios existenciais. No segundo, é a máscara-papel “dependente químico” com todos os seus atributos e as relações de poder que isso implica.

Para Naffah (1989) nada nos autoriza a deslocar os papéis para as “profundidades da psique” e que a noção de papel só tem sentido no registro das superfícies. Aqui, um adendo, pois não se trata da oposição profundidade \times superfície. A superfície é entendida aqui como o local de afetação entre os corpos, onde as marcas dessas afecções se imprimem. Área de vasta extensão onde as dobras da subjetividade se constituem, onde a potência dos corpos se efetua e os agenciamentos são produzidos. Local onde os campos de forças se encontram e produzem novas singularidades, onde uma diferença surge. A profundidade é a potência de afecção desse corpo, sua força e intensidade, que se repete nos encontros com outros corpos, e não abstrações matemáticas, campos discursivos ou uma metapsicologia que fala de construtos teóricos significantes e axiológicos, que pretendem atualizar e esgotar a verdade última de um fenômeno subjetivo. Trata-se de um processo dinâmico, de intensidades que se cruzam e se transformam, ao se afetarem produzem agenciamentos maquínicos² entre os corpos, cortes e transformações incorporais, longe das dicotomias preestabelecidas entre sujeito e objeto.

Vive-se em um momento histórico no qual a subjetividade vigente é o modo indivíduo, dado como algo natural e universal e não apenas um modo de subjetivação determinado por forças sociais e históricas. Nem sempre foi assim e os modos de subjetivação contemporâneos

NOTA:

2. Para Deleuze e Guattari o agenciamento como meio de efetuação das potências de acoplamento se divide em dois: coletivo de enunciação, quando se refere aos discursos, e maquínicos, quando se refere aos corpos.

não são necessariamente melhores ou piores que outros já existentes no passado, apenas diferem. A história não caminha rumo ao paraíso... Dessa maneira, inúmeros modelos de subjetividade modo-indivíduo estão circulando pelo *socius* prontos para ser consumidos pelos corpos. Determinadas pautas de conduta, ou seja, papéis, são vistas e classificadas como inadequadas, anormais ou patológicas, outras são estimuladas e bem-vindas. Avaliações feitas a partir de centros de controle e verdades discursivas, enfim, de poder, muitas vezes internalizados pelos próprios corpos clínicos. O movimento que resulta disso é que, quando alguém se vê desempenhando um papel de algum modo que não se encaixa no seu modelo de subjetividade de referência, logo tenta excluí-lo de si, não se reconhece naquilo, em vez de um movimento em direção a si, de diferenciação a partir do que lhe acontece, o que favoreceria a possibilidade de uma prática terapêutica para a transformação de si, ao dar espaço para a criatividade como possibilidade de construção de novos mundos a partir das experiências vividas.

Moreno criou o conceito de Matriz de Identidade para falar sobre a origem dos papéis e de suas relações na constituição do “eu”. Sai-se, dessa maneira, do campo das visibilidades e entra-se nas origens do referido conceito. Para Moreno o desenvolvimento dos papéis é anterior ao desenvolvimento do “eu” e a resultante desse processo de matrização é esse “eu”, entendido aqui como a articulação entre os papéis psicossomáticos³, psicodramáticos e sociais – utilizando a terminologia conceitual do próprio Moreno. Portanto, o “eu” constituído nada mais é que a forma de expressão, através da articulação entre os seus papéis constituintes, de uma subjetividade singular em determinado contexto histórico e social.

Surge, dessa maneira, uma nova funcionalidade ao conceito de papel, a função de **significação**. Papel não mais apenas designa uma unidade observável de conduta, mas a significa também. Cria-se uma interioridade para determinado papel desempenhado. A presença desse papel ou seu modo de desempenho poderá ser compreendida dentro de alguma cadeia semiótica de significação, ele será considerado mais ou menos patológico de acordo com os valores de referência de normalidade do profissional “psi” em questão. Seu aparecimento ou desempenho “patológico” poderá ser compreendido ou explicado de acordo com a fase da matriz de identidade em que não houve um adequado desenvolvimento do referido papel. Toda uma Psicologia do conceito de papel poderá ser

produzida dessa forma e, conseqüentemente, um campo de intervenção curativo no sentido de um retorno às origens⁴ ou de uma reelaboração do trauma infantil poderá se efetuar. O papel sendo capturado pelas correntes edípicas da clínica...

Um processo de subjetivação experienciado nessa matriz deixará marcas a partir dos encontros entre um ser humano cuidado e seu cuidador. Marcas que muitas vezes persistirão ao longo da existência daquele corpo e poderão definir uma identidade-mesmidade determinante de quem se é ao ocupar uma única posição de sujeito, a partir de um “eu” centralizador, como universo de referência, preso no ressentimento das próprias marcas corporais, sem espaço ou abertura para a multiplicidade de mundos que se apresentam diante de si, insistindo e subsistindo em uma máscara sem flexibilidade para a passagem dos afetos e sem a percepção do outro diante de si e que também o constitui. Não seria melhor nos referirmos a esse processo como **matriz de subjetivação** em vez de **matriz de identidade**, uma vez que determinados tipos de subjetividade singulares serão geradas a partir desse processo? Um processo de matrização é o equivalente funcional a um processo de subjetivação. Um nome – matriz de identidade – que já virou conserva cultural e que em nada traduz sua intensidade e sua funcionalidade.

Para Guattari e Rolnik (2007) a identidade é “um conceito de referenciação, de reconhecimento, de circunscrição da realidade a quadros de referência, quadros estes que podem ser imaginários” (p. 80). Já a subjetividade “está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é essencialmente social, mas é assumida e vivida pelos indivíduos em suas existências particulares”. Segundo esses autores, “o modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal qual a recebe, ou uma relação de expressão e criação, na qual o indivíduo se apropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo de singularização” (p. 42).

Assim, a subjetividade individuada é a resultante de um entrecruzamento de determinações pessoais (conjuntos perceptivos, sensitivos, cognitivos etc.) e coletivas de várias espécies, não só sociais e históricas, mas

NOTAS:

3. O autor não compartilha da existência de papéis psicossomáticos.

4. Origem aqui compreendida como a “verdade última ou primeira”.

também econômicas, tecnológicas, de mídias e tantas outras, não apenas cenas originárias papai-mamãe-filhinho... Vista desse modo, a matriz moreniana adquire uma dimensão micropolítica, passa a ser o *locus*, aqui entendido como meio, interstício, onde inúmeras forças provenientes do *socius* se efetuam sobre determinado corpo, levando-o a exercer uma subjetividade que se mostrará a esse mesmo *socius* através dos papéis que desempenhar ao longo de sua vida.

Conjunto de papéis que de algum modo poderiam definir a totalidade dessa forma de subjetividade, mas nunca a intensidade/potência de um corpo... E, aqui outra distinção precisa ser feita: subjetividade não se confunde com uma interioridade psíquica nem com processo de individuação. Para Guattari e Rolnik (2007), “a subjetividade não é passível de totalização ou de centralização no indivíduo. Uma coisa é a individuação do corpo. Outra é a multiplicidade dos agenciamentos da subjetivação: a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro social.” Conforme Moreno (1946, p. 28):

[...] cada indivíduo anseia encarnar mais papéis do que lhe é permitido pela vida ou, pelo menos, uma ou outra variante desse papel. No decorrer de seu desenvolvimento, cada pessoa é solicitada por papéis diferentes nos quais deseja tornar-se ativa. E é a pressão ativa exercida por essa pluralidade de papéis secretos sobre o papel oficial que resulta, com frequência, em sentimento de ansiedade.

O processo é dinâmico, pois se trata de forças presentes na relação que se dobrarão de uma forma ou de outra em cada um dos integrantes, de acordo com as cadeias semióticas de significação utilizadas para a representação dessas vivências, para a compreensão dos signos emergentes dos encontros e das misturas dos corpos, os quais deixam suas marcas.

Uma cultura não modela uma subjetividade, não cria um “eu”, não impõe seus padrões de conduta sem deixar suas marcas nos corpos. Uma criança cresce em um ambiente onde seu papel de filho já existe antes mesmo de ela nascer, uma instância codificadora muitas vezes compartilhada por gerações de ancestrais que definem em uma família o que é ser filho, ser pai ou ser mãe. Um psicodramatista ao longo de sua formação também... Dessa forma, papéis não são meros padrões de

conduta, mas a própria forma de ser em dado universo cultural-histórico-social-político-econômico-midiático.

O conceito de papel dentro dessa compreensão adquire um valor político, pois se situa na interface entre uma subjetividade nascente e um *status quo* que já o tem formatado antes mesmo de sua efetuação, que já definiu o que seria essa subjetividade mesmo antes de ela existir. Aqui a linha molar do instituído e a linha molecular que fará esse papel irromper na sua singularidade atravessam os corpos e as ações.

[...] O homem é um desempenhador de papéis, ou seja, cada indivíduo é caracterizado por um conjunto de papéis que preside seu comportamento, e cada cultura caracteriza-se por determinado conjunto de papéis imposto por ela a seus membros, com um grau variável de sucesso” (MORENO, 1953. p. 110).

Nesse sentido, o “eu” nada mais é que a resultante dessa composição de campos de forças e multiplicidades presentes nos diversos discursos e representações a respeito de cada papel que se desempenha, ou seja, nos agenciamentos coletivos de enunciação. O “eu” não designa uma subjetividade singular, mas apenas indica uma posição de sujeito em determinada prática discursiva, que lhe permitirá dizer isto ou aquilo a respeito de si próprio e do mundo. Posição de sujeito aqui compreendida como a superfície corporal (*locus*), onde campos de forças provenientes dos inúmeros agenciamentos coletivos de enunciação vão se acoplar (*matrix*) e uma subjetividade se expressará em *status nascendi* dentro de determinado papel e um “eu” falará. Em vez de uma história do discurso, uma geografia da fala.

Um papel, então, também poderá funcionar como **manifestação dos sujeitos de enunciação e do enunciado**. O sujeito de enunciação, aquele que fala, só fala o discurso que sua posição de sujeito lhe permite enunciar em determinado papel que desempenha. Como exemplo, o que um profissional em seu papel de psiquiatra diz a respeito da dependência química repete o que um coletivo maior Psiquiatria, de onde o referido psiquiatra aparece, diz dessa categoria diagnóstica. O sujeito do enunciado, aquele que é falado, já se encontra também configurado dentro de uma prática discursiva que diz o conteúdo de sua fala e sua forma de expressão, ao definir sua posição de sujeito. Assim, para ficar na complementaridade do exemplo anterior, o dependente químico como

sujeito do enunciado já tem suas falas preestabelecidas a respeito de seu uso e relação com as substâncias químicas, sua estrutura psíquica, seus mecanismos de defesa etc., cabendo a esse corpo-drogado apenas se submeter aos enunciados de verdade legitimados sobre sua condição subjetiva. Tanto o papel quanto o contrapapel já têm suas falas definidas pelas posições de sujeitos que os agenciamentos coletivos de enunciação definem. A liberdade pode estar garantida na singularidade de cada um ao ocupar essas posições, em só repetir um enunciado ou em se dobrar-criar dentro dele o *role-creating* dentro de um papel.

O “eu” visto dessa maneira é apenas um embreante linguístico que corta as cadeias discursivas dos saberes que disciplinaram aquele corpo que fala, um vazio preenchido por uma ficção narrativa que se cria a respeito de si mesmo. A voz da máscara em conformidade com sua representação social. Para Bustos (1990), os papéis sociais respondem a generalizações convencionais de acordo com determinantes culturais, falam de pautas gerais e não específicas. Esse autor ainda coloca que o caráter de generalidade que o papel social tem para Moreno indica que as pautas condicionantes de um papel estão essencialmente na representação desses papéis por parte de outros atores. Um “outro” define a fala de um “eu”.

Assim, a representação social de um papel é o próprio agenciamento coletivo de enunciação, definindo uma função representativa e de referência de como se vê, se fala e se atua naquele referido papel. Vozes coletivas, na maior parte das vezes invisíveis, glossolalia, polifonia discursiva, formatam e se confundem com um “eu” que fala. Nem sempre temos clareza de quem fala em nós...

Dentro de cada papel há espaço para criação, fissuras, micropossibilidades de variações e alternativas, de como cada um acaba deixando sua singularidade neles ou modifica-os até que eles nem possam mais ser reconhecidos a partir de um modelo original. Moreno (1946) diz que o papel é uma fusão entre elementos privados e coletivos. Elementos privados da pessoa que diferenciam os denominadores integrais da coletividade e produzem uma singularidade no papel. Moreno descreve momentos no desempenho ou jogo de papéis: o *role-taking* ou tomada de papéis, sua apreensão conforme o instituído, sem espaço de liberdade para a criação; o *role-playing*, em que já se observa algum grau de liberdade no desempenho do papel em questão e o *role-*

creating, em que ocorre uma molecularização do papel, descrystalização de conservas sociais vigentes para aquela pauta de condutas, espaço para a criação, a espontaneidade e a emergência de singularidades plásticas e maleáveis. O *role-creating* não é uma fase última, mas algo que vai se passando desde os primórdios da incorporação de um modelo de papel pronto e legitimado pelo corpo/contexto social e a criação nesse papel, um tensionamento entre o instituído e sua transformação singular. O papel funciona aqui como uma dobra, um ponto de inflexão através do qual se constitui determinado tipo de relação consigo ao criar um dentro que é coextensivo a um fora, condição para que um mundo comece, a expressão de um mundo possível. Ao criar-se dentro de um papel, o *role-creating* seria a constituição dessa dobra como produção singular de si e de mundo.

[...] E ainda que possa parecer paradoxal, o intelectual, o artista, seres que [...], se converteram em entidades duvidosas e foram condenados à morte, são e serão os primeiros portadores de uma revolução que, no fim, satisfará também o orgulho biológico do homem. As raças de homens que aderiram à produção conservada extinguir-se-ão. Assim, comprovar-se-á que a “sobrevivência do mais apto”, de Darwin, é algo muito estreito. Será substituída pela sobrevivência do criador (MORENO, 1946, p. 96).

REFERÊNCIAS

- Bustos, D. M. **Perigo... amor à vista!** Drama e psicodrama de casais. São Paulo: Aleph, 1990.
- DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- _____. **Lógica do sentido**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- Deleuze, G.; Guattari, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, v. 2. São Paulo: Editora 34, 1995.
- _____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, v. 3. São Paulo: Editora 34, 1996.
- Guattari, F.; Rolnik, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- MORENO, J. L. (1959). **Fundamentos do Psicodrama**. São Paulo: Summus, 1983.
- _____. (1946). **Psicodrama**. São Paulo: Cultrix, 1997.
- _____. (1975). **Psicodrama: terapia da ação e princípios da prática**. São Paulo: Daimon – Centro de Estudos do Relacionamento, 2006.
- Naffah Neto, A. **O inconsciente como potência subversiva**. São Paulo: Escuta, 1991.
- Reñones, A.V. **Escritos Abertos: interpretação, momento, identidade**. Campinas: Saber e Saúde, 2008.
- Rolnik, S. **Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- _____. Toxicômanos de identidade: subjetividade em tempo de globalização. In: LINS, D. S. (org.). **Cultura e Subjetividade: saberes nômades**. Campinas: Papirus, 1997.
- SILVA, R. N. **A dobra deleuzeana: políticas de subjetivação**. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IscScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=505034&indexSearch=ID>. Acesso em: 4 nov. 2013.